

II

(Actos cuja publicação não é uma condição da sua aplicabilidade)

COMISSÃO

DECISÃO DA COMISSÃO

de 29 de Julho de 2004

que cria um modelo de certificado sanitário aplicável à importação de cães, gatos e furões na Comunidade para fins comerciais

[notificada com o número C(2004) 1947]

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2004/595/CE)

A COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS,

rar a uniformização das regras aplicáveis ao comércio e à circulação sem carácter comercial de animais e evitar fraudes.

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia,

Tendo em conta a Directiva 92/65/CEE do Conselho, de 13 de Julho de 1992, que define as condições de polícia sanitária que regem o comércio e as importações na Comunidade de animais, sémens, óvulos e embriões não sujeitos, no que se refere às condições de polícia sanitária, às regulamentações comunitárias específicas referidas na secção I do anexo A da Directiva 90/425/CEE⁽¹⁾, e, nomeadamente, o n.º 2, alínea b), do seu artigo 17.º,

Considerando o seguinte:

- (1) A Directiva 92/65/CEE define as condições de polícia sanitária que regem o comércio e as importações na Comunidade de animais, sémens, óvulos e embriões.
- (2) O Regulamento (CE) n.º 998/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio de 2003, relativo às condições de polícia sanitária aplicáveis à circulação sem carácter comercial de animais de companhia e que altera a Directiva 92/65/CEE do Conselho⁽²⁾, fixa as condições de polícia sanitária (saúde animal) a observar em matéria de circulação sem carácter comercial de animais de companhia, assim como as regras relativas ao controlo dessa circulação. Este regulamento visa, nomeadamente, assegu-

- (3) Além disso, o Regulamento (CE) n.º 998/2003 alterou a Directiva 92/65/CEE no sentido de esta passar a prever que, para poderem ser objecto de comércio, os cães, gatos e furões fossem obrigados a respeitar os requisitos fixados no regulamento.
- (4) Por conseguinte, no que diz respeito à importação de cães, gatos e furões na Comunidade para fins comerciais, convém adoptar regras correspondentes às regras aplicáveis à importação sem carácter comercial desses animais, mantendo o exame clínico exigido no artigo 16.º da Directiva 92/65/CEE.
- (5) Convém assegurar que as regras e os princípios aplicados pelos funcionários certificadores de países terceiros forneçam garantias suficientes. Por conseguinte, apenas seria autorizada a importação de cães, gatos e furões na Comunidade para fins comerciais a partir dos países enumerados na lista constante do anexo da Decisão 79/542/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1976, que estabelece uma lista de países terceiros a partir dos quais os Estados-Membros permitem a importação de bovinos, suínos, equídeos, ovinos e caprinos, carne fresca e produtos à base de carne⁽³⁾, ou no anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003.

⁽¹⁾ JO L 268 de 14.9.1992, p. 54. Directiva alterada pelo Acto de Adesão de 2003.

⁽²⁾ JO L 146 de 13.6.2003, p. 1. Regulamento alterado pelo Regulamento (CE) n.º 592/2004 da Comissão (JO L 94 de 31.3.2004).

⁽³⁾ JO L 146 de 14.6.1979, p. 15. Regulamento com a última redacção que lhe foi dada pelo Decisão 2004/372/CE da Comissão (JO L 118 de 23.4.2004, p. 45).

- (6) Em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 998/2003, foi criado um modelo de certificado aplicável à circulação sem carácter comercial de cães, gatos e furões provenientes de países terceiros pela Decisão 2004/203/CE⁽¹⁾. Deve, por conseguinte, ser criado um modelo de certificado aplicável à importação de cães, gatos e furões na Comunidade para fins comerciais.
- (7) O Regulamento (CE) n.º 998/2003 alterou o artigo 10.º da Directiva 92/65/CEE de modo a uniformizar as condições aplicáveis ao comércio de cães, gatos e furões com as condições aplicáveis à circulação sem carácter comercial, pelo que deve ser revogada a Decisão 94/273/CE da Comissão, de 18 de Abril de 1994, relativa à certificação veterinária para a colocação no mercado, no Reino Unido e na Irlanda, de cães e gatos não originários desses países⁽²⁾.
- (8) As medidas previstas na presente decisão estão em conformidade com o parecer do Comité Permanente da Cadeia Alimentar e da Saúde Animal,

ADOPTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

Os Estados-Membros autorizarão a importação de cães, gatos e furões para fins comerciais, conforme previsto no artigo 16.º da Directiva 92/65/CEE, desde que sejam respeitados os seguintes requisitos:

- a) Os animais são provenientes de países terceiros enumerados no anexo II da Decisão 79/542/CEE ou na secção 2 da parte B e na parte C do anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003;

- b) Os animais são acompanhados de um certificado em conformidade com o modelo constante do anexo da presente decisão.

O referido certificado será exigido para as introduções a partir de qualquer país terceiro, conforme referido na alínea a) do primeiro parágrafo, em Estados-Membros que não a Irlanda, a Suécia ou o Reino Unido e para as introduções, nestes mesmos países, a partir de qualquer país terceiro enumerado na secção 2 da parte B e na parte C do anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003.

Artigo 2.º

A Decisão 94/273/CE é revogada.

Artigo 3.º

A presente Decisão é aplicável a partir de 12 de Outubro de 2004.

Artigo 4.º

Os Estados-Membros são os destinatários da presente decisão.

Feito em Bruxelas, em 29 de Julho de 2004.

Pela Comissão

David BYRNE

Membro da Comissão

⁽¹⁾ JO L 65 de 3.3.2004, p. 13. Decisão alterada pela Decisão 2004/301/CE (JO L 98 de 2.4.2004, p. 55).

⁽²⁾ JO L 117 de 7.5.1994, p. 37. Decisão alterada pela Decisão 2001/298/CE (JO L 102 de 12.4.2004, p. 63).

ANEXO

Anexo referido no artigo 1.º da presente Decisão.

CERTIFICADO VETERINÁRIO para cães, gatos e furões (anomal domésticos) introduzidos na Comunidade Europeia aplicável à circulação com carácter comercial [Regulamento (CE) n.º 998/2003]

Número de série do certificado:

I. LOCAL DE EXPEDIÇÃO DO ANIMAL		
Endereço:		
Código postal:	Localidade:	País (¹):

II. DESTINO DO ANIMAL				
Meio de transporte (²):	ferroviário	rodoviário	aéreo	fluvial/marítimo
Endereço:				
Código postal:	Localidade:	País (¹):		

III. EXPEDIDOR	
Nome próprio:	Apelido:
Endereço:	
Código postal:	Localidade:
País (¹):	Telefone:

IV. DESTINATÁRIO	
Nome próprio:	Apelido:
Endereço:	
Código postal:	Localidade:
País (¹):	Telefone:

V. DESCRIÇÃO DO ANIMAL		
Espécie (²):	cão gato furão	Raça:
Sexo (²):		M F
Data de nascimento (³):	Pelagem (cor e tipo):	

VI. IDENTIFICAÇÃO DO ANIMAL	
Número do <i>microchip</i> :	
Localização do <i>microchip</i> :	Data de aplicação do <i>microchip</i> (³):
Número da tatuagem:	
Localização da tatuagem:	Data de execução da tatuagem (³):

VII. VACINAÇÃO ANTI-RÁBICA		
Fabricante e nome da vacina:		
Número do lote:	Data da vacinação (³):	Válida até (³):

VIII. ANÁLISE SEROLÓGICA ANTI-RÁBICA (se exigida — riscar se não certificada)	
Certifico que examinei os resultados oficiais de uma análise serológica efectuada num laboratório autorizado da UE, com base numa amostra colhida do animal em _____ (³), estabelecendo aqueles que o título de anticorpos neutralizantes do vírus da raiva era igual ou superior a 0,5 UI/ml.	

IX. EXAME CLÍNICO

Declaro que o animal não apresenta actualmente sinais clínicos e pode ser transportado.

X. TRATAMENTO CONTRA CARRAÇAS (se exigido — riscar se não certificado)

Fabricante e nome do produto:

Data ⁽³⁾ e hora do tratamento (relógio com mostrador de 24 h):

XI. TRATAMENTO CONTRA ECHINOCOCCUS (se exigido — riscar se não certificado)

Fabricante e nome do produto:

Data ⁽³⁾ e hora do tratamento (relógio com mostrador de 24 h):

NOME E QUALIFICAÇÕES DO SIGNATÁRIO (veterinário autorizado/veterinário oficial)

Nome próprio:

Apelido:

Endereço:

Assinatura, data ⁽³⁾ & carimbo:

Código postal:

Localidade:

País ⁽¹⁾:

Telefone:

NOTAS PARA ORIENTAÇÃO

- 1) A identificação do animal (tatuagem ou *microchip*) deve ser verificada antes de se começar o preenchimento do certificado.
- 2) A vacina anti-rábica utilizada deve ser uma vacina inactivada produzida em conformidade com as normas do OIE.
- 3) O certificado será **válido por um período de quatro meses a contar da data de assinatura** pelo veterinário autorizado ou oficial ou até à data de expiração da vacinação constante da parte IV, consoante a circunstância que se verificar primeiro.
- 4) Os animais provenientes ou preparados em países terceiros que não constem do anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003 não podem ser introduzidos na Irlanda, Suécia ou Reino Unido, quer directamente, quer através de um país enumerado no anexo II, excepto se estiverem em conformidade com as respectivas legislações nacionais.
- 5) **O exame clínico (parte IX) deve ser efectuado nas 24 horas que antecedem a circulação.**
- 6) **As partes não certificadas devem ser riscadas.**

CONDIÇÕES APLICÁVEIS [Regulamento (CE) n.º 998/2003]**A) INTRODUÇÃO NUM ESTADO-MEMBRO QUE NÃO A IRLANDA, A SUÉCIA E O REINO UNIDO**

- 1) A partir de países terceiros enumerados no anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003: devem ser preenchidas as partes I a VII e IX (assim como a parte XI para a Finlândia).
- 2) A partir de países terceiros não enumerados no anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003: devem ser preenchidas as partes I a IX (assim como a parte XI para a Finlândia). A amostra referida na parte VIII deve ter sido colhida mais de três meses antes da data de introdução.

B) INTRODUÇÃO NA IRLANDA, SUÉCIA E REINO UNIDO

- 1) A partir de países terceiros enumerados no anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003: devem ser preenchidas as partes I a XI (partes VI, VIII, X e XI em conformidade com as regras nacionais).
- 2) A partir de países terceiros não enumerados no anexo II do Regulamento (CE) n.º 998/2003: o certificado não é válido — Ver Nota 4.

⁽¹⁾ Acrescentar o código ISO

⁽²⁾ Suprimir a menção inútil

⁽³⁾ dd/mm/aaaa